

M
MARTINS



M
MIRAGAIA



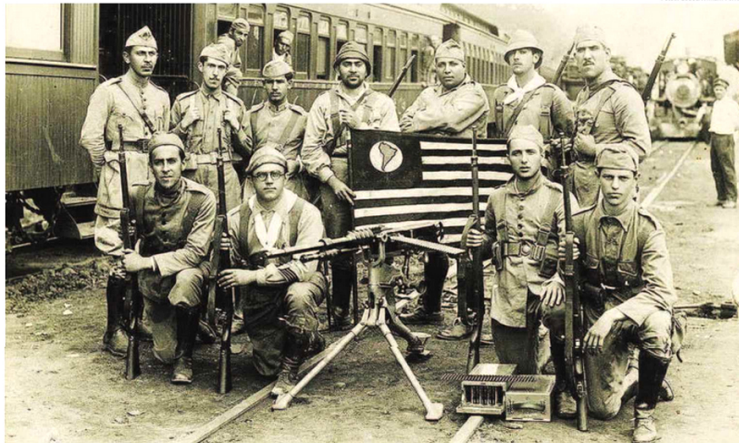
D
DRAUSIO



C
CAMARGO



9 DE JULHO



Soldados em preparação para embarque em trem destinado ao Vale do Paraíba. Campinas enviou 2 mil voluntários para a Batalha de Eleutério, próximo a Itapira

Correio revela autos do inquérito e da autópsia dos jovens que simbolizam o MMDC

Documento histórico resgata o episódio de 23 de Maio de 1932, em que 4 jovens que simbolizam o MMDC foram assassinados em ato contra Getúlio Vargas, em São Paulo

Antônio de Pádua Báfero
Escritor e membro da ACL
Luiz Roberto Saviani Rey
Diretor Editorial

Neste 9 de julho, data em que os paulistas celebram a Revolução Constitucionalista de 1932, o Correio Popular traz novos elementos sobre o episódio, e revela a seus leitores peças de um documento histórico e inédito para publicação em jornais, em toda a trajetória de construção historiográfica e da memória do que costumou se chamar de "Guerra Paulista" - inédito e exclusivo.

Trata-se do compêndio que encerra as páginas dos Autos do Inquérito Policial instaurado para apurar o conflito registrado no dia 23 de maio de 1932, em São Paulo, no qual morreram as figuras de Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marenzeller de Souza e Antônio Américo de Camargo Andrade, personalidades de cujas iniciais dos nomes e sobrenomes resultou, na forma de acrônimo, a sigla MMDC, marco da insurreição paulista contra a ditadura de Getúlio Vargas.

O documento chegou às mãos do escritor campineiro Antônio de Pádua Báfero - doutor em Educação pela USP, professor da Unicamp e membro da Academia Campineira de Letras - pelas mãos de um amigo de juventude e de faculdade paulistana, e permaneceu por anos em seu acervo documental e literário.

Os autos do inquérito policial falam dos episódios que constituíram a ansiosa dos acontecimentos que eclodiram em 9 de julho - quando tropas voluntárias paulistas atacaram, de surpresa, e à noite, os principais prédios militares na capital, iniciando a revolta.

Nesse histórico, houve outra noite, talvez tão importante quanto o princípio efetivo da Guerra Paulista. Uma reação popular contra a reforma do secretariado promovida pelo interventor de São Paulo, Pedro de Toledo, com os postos civis e militares sendo ocupados por homens ligados a Getúlio Vargas. A data explosiva fora o dia 23 de maio de 1932.

Na verdade, Pedro de Toledo ensaiara uma reforma em seu governo colocando homens paulistas, em tentativa inútil de apaziguar os ânimos, bastante exaltados desde as manifestações pacíficas de fevereiro. A população clamava por uma Constituição e pelo fim do governo autoritário de Getúlio Vargas, que usurpara o poder central dois anos antes. A reforma de Toledo, fora vetada pelo presidente

provisório, e esse fato incandescou a alma paulista.

Nessa data, cansados da humilhação que o governo instaurara sobre a população, uma multidão formada por advogados, políticos, intelectuais, representantes das fazendas cafeeiras e por estudantes tomou as ruas centrais da capital, no que pode ser interpretado como o estopim da Revolução Constitucionalista de 32. Um mar de gente que partiu do bairro do Cambuci em direção ao Centro. No trajeto, um rio de pessoas foi se acumulando, se adensando a cada bairro, a cada esquina pela qual passasse o séquito de revoltosos contra a ditadura de Getúlio.

Era ainda a tarde do dia 23 de maio. A multidão carregava como insígnia do movimento e como troféu de uma causa o distintivo arrebado da parede fronteira da Delegacia de Polícia do bairro onde se originara a passeata. Sob um céu cinzento, homens circunspetos de paletós e gravatas, chapéus, capas e capotes desembarcaram aos borbotões na Praça da República, Centro de São Paulo, empunhando e agitando enormes bandeiras das 13 listas. Um cenário de Revolução Francesa, com muitos discursos inflamados.

Mas uma tarde se fora pouco para a repulsa ao governo discricionário de Getúlio Vargas. O dia estendeu-se de forma explosiva, e a noite chegou sem que o impulso reativo do povo

paulistano cedesse um átomo. Ao contrário, após as 18 horas, com o fechamento das lojas, do comércio e da indústria, maior volume de gente aportara às ruas. Jovens estudantes e trabalhadores haviam se juntado ao ato. Caminhando agitados pelas avenidas já escuras, um grupo considerável de pessoas revoltosas deu de encontro com partidários da Legião Revolucionária, formação miliciana liderada por João Alberto, homem de Getúlio, e treinada pelo major Miguel Costa, que acompanhara o presidente dois anos antes, na Revolução de 1930, que usurpara o poder e instaurou o ditador no comando do país.

Fra perto das 23 horas. Ânimos acirrados, objetos contundentes e até armas de fogo nas mãos, os paulistas tentaram invadir a sede da Legião, onde se abrigaram os inimigos, situada na rua Barão de Itapetininga, esquina com a Praça da República. As portas de madeira escura e pesada são derribadas, e a turba começa a subir os andares superiores. Acudidos, os milicianos de Miguel Costa começam a disparar seus revólveres e metralhadoras contra a parede humana que tenta massacrá-los.

Armas em punho, revólveres, garuchas, fuzis. Gritos, correria, tiros, corpos tombados. O embate denotou muitos feridos e três mortos pelas calçadas da Rua de Itapetininga, cobertas pela penumbra da noite, passando por búias e estilhaços de gran-

das atiradas pelos milicianos. Entre os mortos no conflito estão Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia e Antônio Américo de Camargo Andrade, cujos corpos são levados para o Necrotério da Delegacia. Estendidos entre os mais de 30 feridos, estão o estudante Dráusio Marenzeller de Souza e Orlando de Oliveira Alvarenga, que são socorridos pelos Bombeiros e conduzidos à Santa Casa de Misericórdia.

Dráusio, menino estudante, 14 anos, era filho de farmacêutico e trabalhava no estabelecimento da família. Não resistiu aos ferimentos por muito tempo; morreu em 28 de maio, antes de deixar uma lição de civildade e de senso político. No leito do hospital, o menino proclamara: "Se mil vidas tivesse, todas elas eu daria pela causa da libertação da terra que me viu nascer".

Chocados com as consequências daquela noite fatídica de 23 de maio, homens graduados entre as lideranças da passeata reuniram-se em um jantar no Restaurante Fosdipo, e traçaram as linhas uma sociedade secreta que se encarregaria daquele ponto em diante de organizar o povo paulista para a delegação de uma ação militar contra Getúlio Vargas.

No encontro, após a morte do menino Dráusio, revoltados e inspirados, esses homens escolheram como símbolo e título do movimento que organizavam as iniciais dos quatro tombados nas manifestações. Enunciados, escolheram o rito do jantar para proclamar seus nomes: "Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo! Vocês não morreram em vão!". Surgiu o MMDC.

Homens como Aureliano de Moraes Leite e Prudente de Moraes Neto sugeriram que a sociedade secreta recebesse o título de "Guerra Paulista". Prevalceu a homenagem aos mortos de 23 de maio. E assim, um acrônimo construiu um signo que se tornou a frente de luta dos revolucionários paulistas: o MMDC: a Revolução de 1932.

Orlando de Oliveira Alvarenga, mineiro da cidade de Muzambinho, permaneceu internado por 81 dias. Faleceu em 12 de agosto, razão pela qual seu nome não constou do acrônimo. A sigla do movimento apenas passou a incorporar sua lembrança em 20 de junho de 2011, por meio do decreto 2.430, que inscreveu os nomes de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo como heróis paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932 no Livro dos Heróis da Pátria, passando a ser reconhecida como MMDCa.



Foto: Cebo/William Ferreira

9 DE JULHO

Armas de diferentes calibres mataram os manifestantes

As únicas análises conclusivas do inquérito policial estão nos autos que apontam a causa mortis de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Investigações criminais que o Correio publica, de forma inédita, levaram 22 anos para chegar ao Judiciário e foram extintas em 1954

O inquérito policial instaurado para apurar os episódios de 23 de maio na Praça da República ficou a cargo da Segunda Delegacia Auxiliar da Polícia do Estado de São Paulo. O documento inédito e exclusivo que o Correio Popular traz aos seus leitores tem o título de "Autos do Inquérito Policial sobre as ocorrências verificadas na Praça da República por volta das 23 horas de hoje (23 de maio de 1932).

Em síntese, contém relatos das manifestações contra a ditadura e o governo discricionário de Getúlio Vargas que, àquela altura, oprimia os paulistas e impunha ao estado interventores (governadores) inimigos dos fazendeiros de café e da elite paulistana. Relatos que preferimos expor na forma textual e jornalística na página 6 (ao lado).

É um tomo de mais de 78 folhas, que recebeu o número 9815 do Gabinete de Investigações daquela delegacia. Em geral, em suas linhas são relatadas, em pormenores, as vicissitudes da ampla manifestação que tomara conta das ruas centrais de São Paulo naquela noite histórica, com ênfase nas consequências do conflito armado e na averiguação das causas da morte, a princípio, de três pessoas.

Ao longo do processo de inquérito, que durou anos, a Polícia não conseguiu saber quem eram as pessoas que se encontravam no interior do prédio do Partido Popular, na rua Barão de Itapetininga, invadido pelos manifestantes.

Era sabido que militares do Exército Brasileiro faziam a guarda do local, em razão de se tratar de uma agremiação política não apenas favorável, mas agregada à estrutura de governo e às políticas governamentais de Getúlio Vargas.

Eram pessoas que estavam ao seu lado desde que o presidente deixara Porto Alegre em um trem militar para tomar o poder no Rio de Janeiro, em 1930.

Pelos autos do inquérito, soube-se, única e exclusivamente que o general Isidoro Dias Lopes, ex-comandante da 2ª Região Militar (SP), encontrava-se no local.

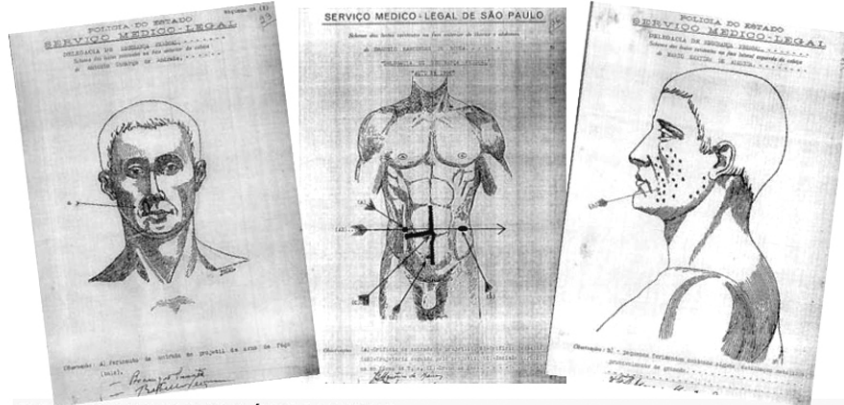
As únicas análises conclusivas no inquérito policial estão nos autos que apontam a causa mortis de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Os efeitos dos tiros e das balas em seus corpos.

ACÃO CRIMINAL SE ESTENDEU ATÉ 1954 E FOI ARQUIVADA POR PRESCRIÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

A ação criminal sobre os assassinatos das cinco figuras emblemáticas do MMDC, a cargo do delegado Antônio Brasileiro Carneiro, levou 22 anos para chegar ao Judiciário. A razão da demora residiu no fato da prescrição e extinção do processo. Não foi possível, entre mais de 300 depoimentos colhidos de testemunhas no dia dos fatos, descobrir e chegar aos autores dos disparos.

Os documentos, amarelados, porém, bem conservados, permaneceram esquecidos nas gavetas da Delegacia Central de São Paulo.

Em 29 de outubro de 1954, sete meses após ser liberado do cartório do Tribunal de Justiça de São Paulo, o delegado titular da Delegacia de Segurança Pessoal, Nelson Veiga, remeteu o processo à Vara Criminal do Juri, e o juiz Waldemar Cesar da Silveira determinou a conclusão dos autos.



DADOS DOS LAUDOS NECROLÓGICOS DO MMDC

MÁRIO MARTINS DE ALMEIDA, 31 anos, branco, brasileiro; as análises constataram que sua morte fora provocada por lesões traumáticas, um ferimento perfuro-contuso na região clavicular esquerda, de forma circular, com um centímetro de diâmetro, representando o orifício de entrada de um projétil de arma de fogo (Revólver). Um outro orifício semelhante ao primeiro foi constatado na mesma região, tendo encravado um estilhaço metálico. O projétil perfurou o pulmão esquerdo, atravessou o diafragma e atingiu o estômago e o fígado, alojando-se no rim. Concluímos que sua morte se deu por hemorragia interna, devido a ferimentos por bala.

EUCLIDES BUENO MIRAGAIA, 21 anos, solteiro, branco, estudante, brasileiro; as análises constataram que sua morte originou-se de um orifício arredondado, com cinco centímetros de diâmetro (provavelmente projétil disparado de metralhadora) na região mamária, dando ampla comunicação com a cavidade torácica, e pela qual ocorreu eliminação de grande quantidade de sangue. Concluímos que a morte teve por causa hemorragia interna e externa, causada por ferimento do pulmão esquerdo por bala de arma de fogo.

DRAUSIO MARCONDES DE SOUZA, 14 anos, escolar, brasileiro; constatamos que a pessoa acima qualificada foi atingida por um tiro de fuzil, ficando gravemente ferida. Recolhido na Santa Casa de Misericórdia, veio a falecer na madrugada de 28 de maio, apesar de se submeter a uma intervenção cirúrgica. O corpo apresenta ao nível da fossa ilíaca direita um ferimento perfuro-contuso arredondado, com um centímetro de diâmetro, correspondente ao ponto de penetração de uma bala, cujo ponto de saída se deu na fossa ilíaca oposta, após ter atravessado o ventre, em situação gravíssima. Concluímos que sua morte se deu em consequência de peritonite traumática (inflamação do peritônio, que é a membrana que envolve a cavidade abdominal e reveste os órgãos do abdome, formando espécie de saco), decorrente de ferimentos produzidos por arma de fogo (bala).

ANTÔNIO AMÉRICO CAMARGO DE ANDRADE, 30 anos, casado, branco, brasileiro; procedendo ao exame externo, verificamos ao nível da metade direita do lábio superior, um orifício elíptico, com três centímetros no seu maior diâmetro, correspondente ao ponto de penetração de uma bala de arma de fogo (fuzil), havendo outro ferimento da mesma natureza, de forma estrelada, medindo seis milímetros de diâmetro, de bordos dilacerados de revirados, sobre a nuca (face posterior do pescoço), ligeiramente à direita da fossa occipital, correspondente ao ponto da saída da bala. Concluímos que sua morte foi causada por lesão medular pelo projétil de arma de fogo.

A Revolução de 32 que incandesceu a alma paulista, esmagada pela ditadura de Vargas

A Revolução Constitucionalista de 1932, que motivou a população do Estado de São Paulo a pegar em armas, a partir de 9 de julho - em uma ação de guerra efetiva contra o poder central, caracterizada pelo governo provisório e discricionário do gaúcho Getúlio Vargas -, fora provocada por outra revolução.

Eclosidida dois anos antes, quando Getúlio, após perder as eleições presidenciais de março de 1930 para o paulista Júlio Prestes, foi transformado em líder civil de uma revolução militar, a Revolução de 1930. Ela foi marcada pela usurpação do poder e por um governo provisório, que passou a humilhar os paulistas, em especial as lideranças cafeleiras, que experimentavam os efeitos da quebra da Bolsa de Nova York e a consequente Grande Depressão dela decorrente.

Para o escritor Antônio de Pádua Bafero, a liderança da Revolução de 32, assumida por intelectuais, ensinou aos cafeicultores atingidos pela quebra da Bolsa a insuflar e a financiar o movimento, incentivando o convencimento da juventude ao alistamento.

A campanha eleitoral daquele ano resultara na vitória de Prestes, do Partido Republicano - com pouco mais de um milhão de votos, contra 742 mil atribuídos a Getúlio, da Aliança Nacio-

nal. Somente em São Paulo, Prestes levava 91% dos votos válidos. Sua candidatura fora resultante da quebra do acordo chamado "Café com Leite", pelo qual um paulista seria sucedido por um mineiro no Palácio do Catete. O presidente Washington Luiz, paulista, decidira lançar Prestes, também paulista.

O rompimento do acordo e o desejo dos gaúchos de fazer valer sua voz nos cenários nacionais levaram a Aliança Nacional a um levante. Foi então que um trem militar partiu do Rio Grande do Sul, levando Vargas e altos patentes das Forças Armadas, chegando ao Rio de Janeiro, onde ele, simbolicamente, amarrava as rédeas do cavalo no monumento chamado Obelisco, e, colocando Washington Luiz e seu candidato vitorioso no exílio, tornouse líder da Nação.

Getúlio passa a governar por meio de decretos e a massacar os paulistas com medidas amargas, como a nomeação do tenente João Alberto Lins de Barros, inimigo dos cafeicultores, para interventor de São Paulo. Era o fim da supremacia política do estado e da sucessão entre paulistas e mineiros. Além da série de interventores "es-trangeiros" para governar São Paulo, Getúlio impusera e entregara o comando da 2ª Região Militar (SP) ao ge-

neral Isidoro Dias Lopes, outro inimigo dos fazendeiros por sua destacada atuação na Revolução Paulista de 1924. As fazendas cafeleiras, em especial as da região de Campinas, onde o republicanismismo brotara e substituíra o regime monárquico 40 anos antes, abalaram-se.

Um rastilho de pólvora correu entre as hostes republicanas. Um levante contra dois anos de ditadura disfarçada. Os partidos Republicano de São Paulo e o Democrático, uniram-se na reação aos provisórios, realizando várias passeatas e comícios pacíficos, com enormes multidões em fevereiro de 1932. Advogados, intelectuais, poetas, literatas, povo juntam forças e aderem a um movimento em embrião.

O auge do movimento de protestos é o dia 23 de maio (como relatado no texto da página 6), com as mortes de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Precipitadas pelas mortes e com a consolidação do MMDC, as operações de guerra começam a ser montadas de forma acelerada nos dias subsequentes. Inicialmente, o MMDC fora instalado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Depois, transferido para o Fórum, na rua do Tesouro. E depois, ainda, para o prédio da Escola de Comércio Álvares Penteado.

Rapidamente, ocorreram as adesões de entidades, agricultores e comerciantes. A Associação Comercial e Industrial lançou a campanha "De ouro para o bem de São Paulo". A adesão das mulheres levava à larga confecção de uniformes e cartazes passaram a convocar os jovens a se alistarem. No início de julho, São Paulo já estava em guerra contra Getúlio. Lançados os postos de alistamento, 70 mil voluntários inscreveram-se somente nas 72 primeiras horas. Mais de 200 mil estavam apostos nas vésperas.

Na noite de 9 de julho, parlamentados e armados, os revolucionários receberam voz de comando e saíram de suas tocas para atacar as unidades militares da capital de São Paulo. A data prevista era o 14 de julho, na comemoração da Revolução Francesa. Porém, o general Bertoldo Klingler, comandante militar do Mato Grosso, se precipitou em levar reforços a São Paulo e foi destituído, enfraquecendo o movimento.

O comando das operações fora passado ao coronel Euclides Figueiredo (pai do presidente João Batista Figueiredo). São Paulo aguardava a adesão de estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. São Paulo ficou só e contou com o apoio do general Klingler. Seguiram-se 81 dias de combates



centrados na divisa entre São Paulo e o Rio de Janeiro, onde se deram os combates mais violentos, ao Sul da capital paulista e na região de Itapira e Socorro, onde foi travada a encarniçada Batalha de Eleutério (divisa de São Paulo e Minas). Nesse episódio, Campinas contou com dois mil voluntários que resistiram bravamente ao massacre dos soldados provisórios.

Em 1º de outubro, enfraquecidos e em menor número, contabilizando 674 voluntários mortos em combate, os paulistas capitularam. Apesar da derrota, consideram-se vitoriosos, pois Getúlio convocou Assembleia Constituinte em 1934, aprovando uma nova Constituição e a nomeação de interventores de origem paulista. Atualmente, o 9 de julho é a data cívica mais importante do Estado de São Paulo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 6 e 7